

Últimas semanas do edital “Jornalismo Investigativo em Direitos Humanos, Aborto e Saúde Pública”

Inscrições estão abertas até 2 de maio e jornalistas profissionais de todos os níveis de experiência podem participar

O edital **Jornalismo Investigativo em Direitos Humanos, Aborto e Saúde Pública** tem o objetivo de estimular a produção e veiculação de reportagens investigativas sobre questões e histórias pouco exploradas pela imprensa e que contribuam para o aprofundamento do debate público sobre a problemática do aborto no país a partir de uma perspectiva de direitos humanos e saúde pública.

Uma realização do Instituto Patrícia Galvão, a iniciativa conta com apoio institucional da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) e da Global Health Strategies Brasil.

“Um tema relevante e complexo como o aborto precisa ser apurado com tempo e profundidade, algo que o cotidiano dos jornalistas nem sempre permite. O edital é uma forma de encorajar esse tipo de trabalho e, assim, fomentar um debate qualificado e necessário”, afirma Marina Atoji, gerente executiva da Abraji.

Serão selecionadas cinco propostas, apresentadas individualmente ou em equipe, que foquem em um ou mais dos seguintes temas/questões: 1) Impactos do aborto clandestino na vida das mulheres; 2) Perversidades na rota clandestina do aborto; 3) Obstáculos nos serviços de saúde para o acesso ao aborto garantido por lei; 4) O papel dos profissionais de saúde; 5) Aborto: uma pauta permanente no Congresso; e 6) Desafios para ampliação do aborto seguro no Brasil. Acesse o [edital completo](#) para mais detalhes.

Cada uma das cinco propostas selecionadas contará com apoio financeiro de até R\$ 10.000,00 e deverá ser desenvolvida e veiculada no prazo de até quatro meses a partir da data de recebimento do financiamento.

Prazo para envio da proposta: **até 2 de maio de 2018.**

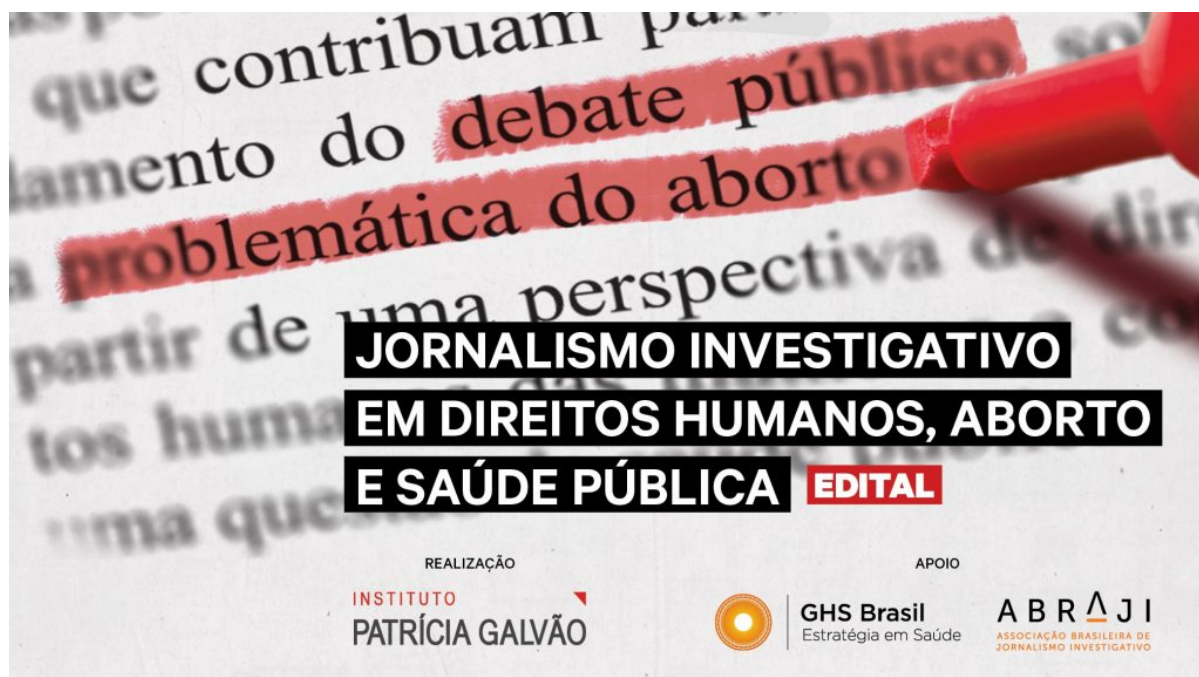
As propostas devem ser enviadas [neste formulário](#).

Para onde enviar a proposta: **concurso@patriciagalvao.org.br**

Divulgação do resultado: **a partir de 21 de maio de 2018.**

[Saiba mais consultando o edital.](#)

Instituto Patrícia Galvão apoiará reportagens inovadoras sobre direitos, aborto e saúde



O edital financiará cinco propostas de reportagens investigativas com ângulos ainda pouco explorados sobre a problemática do aborto no Brasil, oferecendo a jornalistas oportunidades para investigar, pesquisar a fundo, apurar dados, consultar especialistas e desenvolver conteúdos instigantes e de interesse público sobre o tema.

Dirigido a jornalistas profissionais com todos os níveis de experiência, o edital **Jornalismo Investigativo em Direitos Humanos, Aborto e Saúde Pública** conta com apoio institucional da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) e da Global Health Strategies Brasil.

O objetivo do edital é estimular a realização de reportagens investigativas sobre questões e histórias pouco exploradas pela imprensa e que contribuam para o aprofundamento do debate público sobre a problemática do aborto no país a partir de uma perspectiva de direitos humanos e saúde pública.

Jacira Melo, diretora executiva do Instituto Patrícia Galvão, reforça a importância da mídia em garantir acesso à informação sobre temas complexos como o do aborto. “A mídia desempenha um papel crucial na percepção que a sociedade tem sobre o aborto, e este edital busca incentivar reportagens baseadas em evidências e histórias que nos ajudem a olhar para este tema com a seriedade que ele requer”, afirma.

Serão selecionadas cinco propostas que foquem em um ou mais dos seguintes temas/questões:

1) Impactos do aborto clandestino na vida das mulheres; 2) Perversidades na rota clandestina do aborto; 3) Obstáculos nos serviços de saúde para o acesso ao aborto garantido por lei; 4) O papel dos profissionais de saúde; 5) Aborto: uma pauta permanente no Congresso; e 6) Desafios para ampliação do aborto seguro no Brasil. Acesse o edital completo para mais detalhes.

Cada uma das cinco propostas selecionadas contará com apoio financeiro de até R\$ 10.000,00 e deverá ser desenvolvida e veiculada no prazo de até quatro meses a partir da data de recebimento do financiamento.

Prazo para envio da proposta: **até 2 de maio de 2018.**

As propostas devem ser enviadas [neste formulário](#).

Para onde enviar a proposta: **concurso@patriciagalvao.org.br**

Divulgação do resultado: **a partir de 21 de maio de 2018.**

[Saiba mais consultando aqui o edital.](#)

[Cobertura da violência contra a mulher ainda é superficial no Brasil, aponta estudo](#)

Evento em São Paulo discutiu o papel da mídia no combate à cultura de agressão

Embora a cobertura sobre o tema tenha se ampliado na mídia brasileira nos últimos anos, as reportagens que tratam de feminicídio e violência contra a mulher ainda são superficiais e precisam ser melhor contextualizadas. A conclusão é de um estudo do Instituto Patrícia Galvão — Mídia e Direitos, responsável pela produção de conteúdo e estatísticas sobre os direitos das mulheres.

[\(Zero Hora, 29/05/2017 - Acesse no site de origem\)](#)

Durante cinco meses, o instituto monitorou a produção de reportagens sobre violência contra mulheres no Brasil. Pelo menos 71 veículos de imprensa foram pesquisados entre outubro de 2015 e março de 2016. O resultado foi apresentado para representantes da imprensa, do poder público, de redes de proteção e de entidades especializadas no workshop “Feminicídio: o papel da imprensa na cobertura do assassinato de mulheres no Brasil”, nesta segunda-feira, em São Paulo.

Uma das conclusões da pesquisa é que o termo feminicídio — qualificadora incluída no crime de homicídio – ainda precisa ser entendido e difundido pelos veículos de comunicação e pelos profissionais de Segurança Pública. Apesar de o senso comum tratar a morte de

mulheres no contexto familiar de forma romantizada como “crime passionnal”, o debate trouxe à tona o esclarecimento de que o feminicídio não é um crime cometido por amor, mas, sim, por ódio.

Além disso, a pesquisa feita pelo Instituto revela que a cobertura jornalista sem critérios pode contribuir para naturalizar a violência, em vez de impedir a culpabilização da vítima e justificar a ação do agressor.

— Sempre que os veículos de comunicação puderem ressaltar qual é o verdadeiro motivo da morte e resgatar o histórico de violência que ela sofreu, as mulheres que estão consumindo esse conteúdo em casa poderão perceber que o feminicídio não é um fato isolado, que acontece em uma escalada de violência e que é preciso buscar ajuda — contribuiu a promotora de Justiça e coordenadora do Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica do Ministério Público de São Paulo, Silvia Chakian.

Entre os dados, a pesquisa revelou que 98% das reportagens reproduziram o fato isolado sem contextualizá-lo, apenas 1,3% das matérias apresentaram abordagens aprofundadas e 0,7% das publicações foram opinativas.

Apesar das falhas na cobertura do tema, os dados ajudaram a identificar o perfil das vítimas que chegam às páginas dos jornais. Na maior parte dos casos, elas já haviam buscado ajuda antes do crime e foram mortas por ex ou atuais companheiros.

O objetivo do debate é mudar o conceito de naturalização da violência, capacitar os profissionais e provocar o avanço nas políticas públicas para o enfrentamento da violência não só contra mulheres, mas transgêneras e transexuais. Conforme explicou Tereza Cristina dos Santos, coordenadora da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário de SP, a legislação permite incluir a questão de gênero quando identifica a “condição” do sexo feminino, ou seja, toda aquela que se identifica e se reconhece como mulher.

Schirlei Alves

**A repórter viajou a convite do Instituto Patrícia Galvão — Mídia e Direitos*

[Acesse aqui o texto em PDF.](#)

Luana Barbosa: uma homenagem e registro de sua memória no livro Feminicídio #InvisibilidadeMata

Negra, lésbica e moradora da periferia, Luana Barbosa era alvo frequente de abordagens policiais. Morreu após ser espancada por três agentes da Polícia Militar do Estado de São Paulo na frente de familiares, em Ribeirão Preto (SP), em 2016.



Luana com sua mãe,
Dona Eurípedes.
(Foto: arquivo da
família)

O registro de sua memória é narrado no *Livro Femicídio #InvisibilidadeMata* em artigo da jornalista Tatiana Merlino.

Leia o capítulo: [Luana Barbosa: Morta por ser mulher, negra, pobre, lésbica - por Tatiana Merlino](#)

Além da história de Luana, o livro traz também um registro da memória de Amanda, Claudia, Eloá, Gerciane, Isamara, Laura. Mulheres cujas vidas foram interrompidas e que deixaram luto, dor e saudade.



Assassinadas por parceiros, ex, e por toda uma sociedade fundada sobre bases discriminatórias e desigualdades sociais que constroem o desvalor da vida de mulheres. Uma forma simbólica de homenagear estas mulheres e também as milhares de vítimas que têm suas identidades diluídas em estatísticas alarmantes.

Sobre o livro

O livro *Femicídio #InvisibilidadeMata* foi produzido pelo Instituto Patrícia Galvão em parceria com a [Fundação Rosa Luxemburgo](#). A obra debate as características dos feminicídios, denuncia sua perpetuação no Brasil - o quinto país com a maior taxa de assassinatos femininos no mundo - e destaca ainda a urgência do enfrentamento às violências contra as mulheres. Buscando ampliar este debate urgente e necessário, o livro está disponível também para consultas, compartilhamentos e download na íntegra no link (gratuito):

[Acesse e baixe o livro Femicídio #InvisibilidadeMata na íntegra](#)

[Acesse e baixe o livro Femicídio #InvisibilidadeMata na íntegra](#)

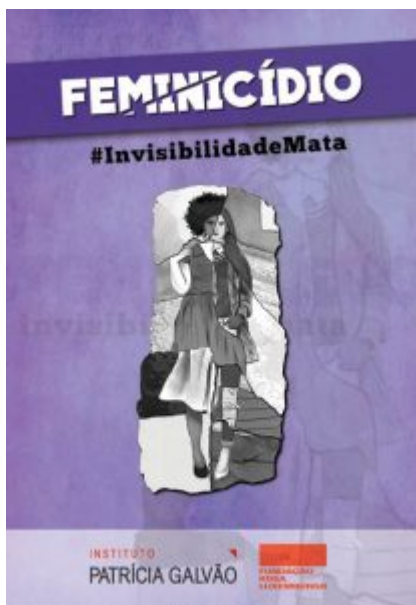
O Instituto Patrícia Galvão e a [Fundação Rosa Luxemburgo](#) lançam o livro Femicídio #InvisibilidadeMata ([saiba como foi o evento de lançamento](#)). A obra debate as características dos feminicídios, denuncia sua perpetuação no Brasil - o quinto país com a maior taxa de assassinatos femininos no mundo - e destaca ainda a urgência do enfrentamento às violências contra as mulheres.

Buscando ampliar este debate urgente e necessário, o livro está disponível também para consultas, compartilhamentos e download na íntegra no link (gratuito):

[Livro Femicídio #InvisibilidadeMata \(em pdf/alta resolução\)](#)

[Livro Femicídio #InvisibilidadeMata \(em pdf/tamanho reduzido\)](#)

Sobre o livro



Femicídio. Nomear o problema é uma forma de visibilizar um cenário grave: o Brasil convive com violências cotidianas contra as mulheres, o que resulta em uma das maiores taxa de assassinatos femininos no mundo. Além de nomear, a definição do problema mostra também que é preciso conhecer melhor sua dimensão e contextos, bem como desnaturalizar concepções e práticas que colaboram para a perpetuação da violência contra as

mulheres até o desfecho fatal.

Neste livro estão sintetizadas as principais contribuições e reflexões reunidas no [Dossiê Femicídio](#) - uma plataforma online que reúne vozes de diversas fontes: especialistas, feministas, antirracistas, ativistas que defendem direitos de mulheres lésbicas, bis, travestis e transexuais, além de pesquisas, dados e documentos.

O livro traz também um registro da memória de alguns casos de feminicídio que aconteceram no Brasil, uma forma simbólica de homenagear estas mulheres e também as milhares de vítimas que têm suas identidades diluídas em estatísticas alarmantes. Amanda, Claudia, Eloá, Gerciane, Isamara, Laura, Luana. Mulheres cujas vidas foram interrompidas e que deixaram luto, dor e saudade. Assassinadas por parceiros, ex, agentes do Estado e por toda uma sociedade fundada sobre bases discriminatórias e desigualdades sociais que constroem o desvalor da vida de mulheres.

Este livro reúne, assim, vozes, histórias e memórias que cobram a efetivação de direitos sociais e processos democráticos que garantam uma vida digna, em que a diversidade seja respeitada e valorizada. Vozes que reivindicam uma verdadeira transformação do próprio Estado. Diante do recrudescimento de práticas conservadoras e antidemocráticas no contexto da crise política e econômica que o país atravessa, são vozes urgentes e necessárias - que certamente têm muito a contribuir para reverter este cenário em que a #InvisibilidadeMata. [Confira](#).

Acompanhe os lançamentos, eventos e ações do Instituto Patrícia Galvão nas redes sociais:

Facebook: www.facebook.com/agenciapatriciagalvao

Twitter: twitter.com/ipatriciagalvao

Candidaturas e mídia estão desafiadas a pautar interesses das mulheres no debate eleitoral

(Luciana Araújo/Agência Patrícia Galvão, 09/08/2016) Na primeira eleição em que as [mulheres são maioria do eleitorado em todas as unidades da federação](#), candidaturas, equipes de campanha e profissionais do jornalismo precisam abrir os olhos para o peso do voto deste segmento. Essa foi a avaliação consensualmente expressa pelos representantes dos principais institutos de pesquisas durante o Seminário Nacional 'Desafios para a Igualdade de Gênero e

Raça nas Eleições Municipais de 2016', que reuniu especialistas e jornalistas de todas as regiões do país. O evento foi realizado pelo Instituto Patrícia Galvão nesta segunda e terça-feiras, na cidade de São Paulo, com apoio da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Ministério da Justiça e Cidadania.



Alessandro Janoni fala durante o seminário, tendo a seu lado Márcia Cavallari (à esquerda) e Renato Meirelles e Jacira Melo (à direita) (Foto: Luciana Araújo).

Eleições 2016: oportunidade para as mulheres candidatas e eleitoras

“Nunca foi tão importante colocar no debate eleitoral as demandas das mulheres. E elas têm um conjunto de demandas muito objetivas para a esfera municipal”, ressalta o presidente do instituto Locomotiva Pesquisa e Estratégia, Renato Meirelles.

O fato de pleitos municipais serem os espaços que debatem centralmente os problemas sociais gerados pelas desigualdades de gênero, raça e classe que estão mais próximos da realidade da população também coloca as mulheres no centro da decisão eleitoral. “As mulheres são muito mais críticas sobre o comportamento eleitoral nas eleições municipais do que em quaisquer outras, porque o funcionamento das cidades como um todo afeta muito o dia a dia delas. É a creche, o lixo que não foi recolhido, o transporte. Então, o criticismo das mulheres é muito maior que o dos homens”, ressalta Márcia Cavallari, CEO do Ibope.

Na apresentação que fez durante o evento Márcia Cavallari mostrou com dados que a tarefa de ganhar o voto feminino não será fácil este ano. Para 77% das brasileiras as expectativas de vida não são animadoras - 44% afirmam sentir-se apáticas em relação ao ano como um todo, à vida pessoal, à política e à economia e 23% se declaram incrédulas nas perspectivas para este ano em comparação com o ano passado. Além disso, 36% delas estão pessimistas com o futuro do país.

E chegamos à mais alta taxa de percepção nos últimos oito anos de que as liberdades democráticas, direitos sociais, oportunidade e seguridade não estão garantidos no país, especialmente para as mulheres (62%). Em 2007, primeiro da série apresentada na pesquisa [Latinobarômetro](#), 54% tinham essa percepção.

“Decidindo seu voto cada vez mais tarde, a mulher tem também o poder de mudar o resultado da eleição pelo peso que ela tem no eleitorado”, ressalta a CEO do Ibope.

Quase metade das mulheres brasileiras (47%) também avalia mal os prefeitos de seus municípios e os problemas da saúde pública são a maior preocupação para 43% delas. Nesse contexto, ganha peso o debate sobre a [garantia dos direitos das mulheres frente à epidemia do zika vírus](#), que também foi pauta do seminário após apresentação de dados das pesquisas realizadas neste ano pelo Instituto Patrícia Galvão em parceria com o Locomotiva e o Data Popular. O debate contou com a participação da consultora da ONU Mulheres Linda Goulart e do consultor do Fundo de Populações das Nações Unidas, Roger Nascimento.

Para Alessandro Janoni, vice-presidente do Datafolha, o desinteresse das mulheres verificado pelos três institutos em pesquisas diversas se explica porque “a crise de representação tem como base a delegação de poder. Vou eleger um representante e dar poder a ele quando na verdade vejo que ele representa os interesses dele?”

Mapa eleitoral evidencia contradições



Da esquerda para a direita, Luana Natiele (Plataforma Dhesca), Fátima Pacheco Jordão, Luis Felipe Miguel e Adriana Valle Mota (Foto: Géssica Brandino).

A análise dos resultados eleitorais na última década coloca as regiões Nordeste e Norte do país como referências positivas para a igualdade de gênero na política em um país que está na

retaguarda absoluta no quesito da participação política. O Brasil ocupa o 124º lugar em participação feminina no parlamento federal quando analisadas 145 nações. Na América Latina fica à frente apenas do Haiti e Belize. Nas eleições de 2008, no Norte e Nordeste brasileiros os percentuais de mulheres eleitas ficaram acima da média nacional em todos os cargos disputados.

Naquele pleito o Brasil elegeu 12,52% de vereadoras. Nos sete estados nortistas o percentual de mulheres eleitas para as câmaras municipais foi de 14,82%. E nos nove estados da região Nordeste o índice de vereadoras eleitas foi de 13,58%. As prefeituras foram conquistadas por 504 mulheres (9,07%) – um pequeno aumento em relação a 2004, quando apenas 407 prefeitas foram eleitas. A região Sudeste foi a que elegeu menos vereadoras (10,61%) em 2008, e o Sul do país foi onde as mulheres conquistaram menos espaços nas prefeituras (5,72%).

Apesar desses dados, a região Norte do país tem estados como o Amazonas, que nunca elegeu uma governadora e nem teve uma mulher entre os presidentes das câmaras municipais ou da Assembleia Legislativa. “A capital, Manaus, nunca teve uma prefeita eleita”, lembrou a editora de política do jornal *Em Tempo*, Valéria Costa. Hoje a única representante do sexo feminino no comando de um governo estadual naquela região é Suely Campos (PP), em Roraima, que se tornou candidata após seu marido e antigo político no Estado tornar-se inelegível pela Lei da Ficha Limpa.

Para a socióloga Adriana Valle Mota, uma das explicações para o fenômeno da maior representatividade feminina no Norte e Nordeste está no tamanho dos municípios. “Quanto menor a cidade maiores as chances de as mulheres terem um destaque naquela comunidade”, afirmou a consultora do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam).

Ao fator geográfico o também sociólogo e professor da Universidade de Brasília Luís Felipe Miguel acrescentou outros três entraves para a carreira política das mulheres. São eles: a divisão sexual do trabalho, a extensão da carreira política no país para quem ambiciona os principais cargos e a estrutura social que leva as mulheres a compreenderem que o espaço da política institucional é masculino e que elas não são bem-vindas. “Temos carreiras políticas que se encerram no nível municipal, não por incapacidade mas porque as próprias mulheres ‘limitam’ sua ambição por conta dos imperativos familiares, o que ajuda a explicar porque elas estão mais presentes na política nos municípios menores”, avaliou.

Competitividade das mulheres põe em risco “oligarquias partidárias masculinas”

Para Luis Miguel, que ressaltou que “os resultados das eleições de 2014 foram os piores em muitos anos” para as mulheres no Congresso Nacional, é importante ressaltar que no primeiro turno daquelas eleições dois em três votos foram para mulheres – Dilma Rousseff, Marina Silva ou Luciana Genro. E a leve vantagem que a representatividade feminina alcançou no Senado Federal (16%) também evidencia que elas “têm competitividade eleitoral”.

A socióloga Fátima Pacheco Jordão concorda e ressalta: “O poder das mulheres na política é muito grande, por isso as oligarquias partidárias masculinas seguram as candidaturas e os espaços das mulheres nos partidos. Eleitoralmente somos muito perigosas”.

Jacira Melo, diretora executiva do Instituto Patrícia Galvão, complementou ressaltando que “as mulheres vão às eleições em condições muito desiguais”.

Luana Natielle, pesquisadora da Plataforma de Direitos Humanos Dhesca Brasil, ressaltou que

o espaço dos partidos políticos e dos cargos públicos chegam a ser “espaços violentos, e se é sim importante garantir a participação das mulheres é preciso aprofundar o debate sobre porque esse espaço é tão violento”.

“Os partidos políticos são um reduto masculino e isso dificulta a nossa participação. Alguns partidos têm feito algumas ações para colocar mulheres nos diretórios nacionais e estaduais, e isso é muito importante. Quando se faz o recorte de raça a situação fica ainda mais difícil”, destacou Silvia Rita Souza, representante da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

Navegação no site da Agência Patrícia Galvão está normalizada

Informamos que no começo desta semana conseguimos normalizar a navegação no site da *Agência Patrícia Galvão*, que no momento pode ser acessado com segurança e encontra-se livre de conteúdos e scripts impertinentes.

A plataforma do Instituto Patrícia Galvão vem enfrentando sucessivos ataques nos últimos meses. Temos trabalhado para solucionar os problemas, proteger nossos conteúdos e garantir o acesso seguro e livre às leitoras e leitores. Também estamos investigando se os ataques estão relacionados de alguma forma a nossas diretrizes políticas e editoriais de atuação em prol dos direitos das mulheres.

Seguiremos acompanhando o problema e manteremos as informações atualizadas, não só pela nossa página principal, mas também por nosso canal no [Facebook](#) e por meio dos e-mails enviados a nossa rede de contatos ([cadastre-se aqui com segurança](#)).

Agradecemos a compreensão e o apoio que temos recebido e seguimos no cumprimento de nossa missão de contribuir para a qualificação do debate público sobre os direitos das mulheres, reafirmando nosso posicionamento de promoção e defesa do direito à comunicação, do acesso à informação e da liberdade de opinião e de expressão.

Mídia, Zika e Direitos das Mulheres estarão no centro do debate no Seminário A Mulher e a Mídia

O debate sobre os direitos das mulheres no contexto da síndrome congênita associada ao zika

está acontecendo principalmente na mídia, mas sem o devido aprofundamento e contextualização sobre as vulnerabilidades e demandas das mulheres nesse cenário de epidemia.



Por isso, **Mídia, Zika e os Direitos das Mulheres** estarão em foco na **9ª edição do Seminário Nacional A Mulher e a Mídia**, que irá reunir especialistas em comunicação, direitos reprodutivos e direitos humanos.

Uma realização do Instituto Patrícia Galvão, com apoio da Fundação Ford e parceria da ONU Mulheres, o Seminário acontecerá na cidade de São Paulo, nos dias 22 e 23 de abril, no Hotel Braston São Paulo (Rua Martins Fontes, 330, Consolação – Centro).

Programação

22 de abril

8h - Credenciamento

9h30 - Abertura pelas representantes das organizações realizadoras do evento: **Nilcéa Freire**, Fundação Ford; **Nadine Gasman**, ONU Mulheres; e **Jacira Melo**, Instituto Patrícia Galvão.

10h - Painel 1: Mulheres no centro da epidemia de zika, mas fora do foco principal da mídia

As mulheres são as principais afetadas pela epidemia de zika, mas têm sido apresentadas em boa parte da cobertura da imprensa como sujeitos secundários, isto é, as transmissoras do vírus aos fetos e as cuidadoras de bebês com microcefalia.

Painelistas:

Marisa Sanematsu, diretora de conteúdo do Instituto Patrícia Galvão – Mídia e Direitos

Tania Di Giacomo do Lago, professora do Departamento de Medicina Social da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo

Jurema Werneck, médica e coordenadora da ONG Criola

Catalina Ruiz-Navarro, jornalista, blogueira feminista e colunista de periódicos na Colômbia

e México

Debatedora:

Cláudia Collucci, repórter especial do jornal Folha de S.Paulo

12h30 - Almoço

14h - Painel 2: Acesso à informação e planejamento reprodutivo no contexto da zika

Acesso à informação e assistência é vital! A construção do conhecimento. Os vaivéns da cobertura. A realidade das mulheres no centro da epidemia. Acesso a testes, exames e planejamento reprodutivo.

Painelistas:

Maíra Saruê Machado, diretora de pesquisa do Data Popular

Ana van der Linden, neurologista do Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira (IMIP, Recife/PE)

Jacqueline Pitanguy, coordenadora executiva da ONG Cepia - Cidadania, Estudo, Informação, Pesquisa e Ação

Fernanda Lopes, representante auxiliar do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) no Brasil

Debatedora:

Juliana Nunes, jornalista da Empresa Brasil de Comunicação (EBC)

17h - Coffee

23 de abril

9h - Painel 3: As armadilhas da simplificação: síndrome congênita é mais que microcefalia, mulheres não são só cuidadoras

Os impactos das simplificações e incertezas nas vidas das mulheres: sem informações sobre as diversas dimensões do problema, não sabem quais são seus direitos e de quem cobrá-los.

Painelistas:

Suzanne Serruya, diretora do Centro Latino-Americano de Perinatologia/Unidade de Saúde da Mulher e Reprodutiva (CLAP/SMR) da OPAS/OMS

Ana Rita Souza Prata, coordenadora auxiliar do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher (Nudem) da Defensoria Pública do Estado de São Paulo

Thomaz Rafael Gollop, coordenador do Grupo de Estudos sobre o Aborto e especialista em Medicina Fetal

Isabel Clavelin, jornalista, professora da Universidade Católica de Brasília (UCB) e assessora de Comunicação da ONU Mulheres Brasil

Debatedora:

Nadine Gasman, representante da ONU Mulheres no Brasil

12h30 - Almoço

13h30 - Exibição do documentário inédito Zika

14h - Painel 4: Estratégias de políticas públicas, mobilização social e comunicação para garantia dos direitos das mulheres em tempos de zika

Incerteza não é sinônimo de impossibilidade de ação: quais são as responsabilidades do Estado, as perspectivas da sociedade civil e o papel da imprensa na articulação da assistência às mulheres, pesquisa e controle do vetor.

Painelistas:

Debora Diniz, professora e pesquisadora da UnB e da ONG Anis - Instituto de Bioética

Sonia Corrêa, co-coordenadora do Observatório de Sexualidade e Política e pesquisadora associada da ABIA

Jacira Vieira de Melo, diretora executiva do Instituto Patrícia Galvão - Mídia e Direitos

Debatedora:

Nilcéa Freire, representante da Fundação Ford no Brasil

17h - Coffee de encerramento

[Acesse o perfil completo das painelistas e debatedoras](#)

Os vídeos editados dos painéis serão disponibilizados em breve no canal da Agência Patrícia Galvão do [YouTube](#). Por ora, é possível assistir às íntegras [aqui](#).

Mais informações: mulheremidia@patriciagalvao.org.br

Curta nossa página: facebook.com/agenciapatriciagalvao

Agência Patrícia Galvão é parceira da ONU Mulheres em pacto pela igualdade de gênero na mídia

(Agência Patrícia Galvão, 25/03/2016) Mais de 35 veículos da mídia impressa, online, de TV e rádio de vários países comprometeram-se a ampliar a divulgação de reportagens sobre os direitos das mulheres e a estimular o aumento da participação feminina em suas redações e também como fontes das notícias.

PLANET 50-50 | BY 2030 | **STEP IT UP FOR GENDER EQUALITY**

O **Pacto de Mídia Dê um Passo pela Igualdade de Gênero** ([Step It Up for Gender Equality Media Compact](#)) é uma iniciativa da ONU Mulheres voltada à promoção de ações concretas no âmbito da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, cujo objetivo de nº 5 é garantir que a igualdade de direitos entre mulheres e homens seja efetivamente alcançada: Por um Planeta 50-50 em 2030.



Apresentação dos parceiros do Pacto de Mídia Dê um Passo pela Igualdade de Gênero durante a 60ª sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW) na sede da ONU em Nova York (Foto: ONU Mulheres)

O Instituto Patrícia Galvão - Mídia e Direitos adere ao Pacto por meio de sua [Agência de Notícias Patrícia Galvão](#), que está entre os 35 veículos internacionais de mídia que

produzem e divulgam informações e conteúdos para milhões de pessoas na África, América Latina, Ásia-Pacífico, Europa e em alguns países árabes e agora se comprometem a realizar ações internas e externas a favor dos direitos e do empoderamento das mulheres.

Trata-se de uma aliança entre a ONU Mulheres e organizações de mídia que assumem o compromisso de não apenas defender os direitos das mulheres em seus conteúdos, mas adotar um código de conduta na produção de matérias que seja sensível aos direitos das mulheres e rompa com o uso de estereótipos e preconceitos, e também garantir maior presença de mulheres entre as fontes de notícias e a paridade de gênero nas redações, inclusive em funções de liderança e tomada de decisão.

Instituto Patrícia Galvão amplia sua atuação internacional



Mídia e Direitos

Criado com a missão de contribuir para a qualificação do debate público sobre os direitos das mulheres por meio de ações de comunicação, o Instituto Patrícia Galvão sempre teve a promoção da igualdade de gênero como foco de sua atuação e já põe em prática todos os compromissos mínimos previstos no Pacto. A *Agência de Notícias Patrícia Galvão* foi convidada pela ONU Mulheres a fazer parte do Pacto por sua produção de conteúdos de qualidade voltados à defesa dos direitos das mulheres, que privilegiam as mulheres como autoras e fontes das matérias e que agora passam a ser mais amplamente disseminados por meio dos canais de comunicação desse órgão das Nações Unidas e de suas representações e parceiros em todo o mundo.

Ao aderir ao Pacto, o Instituto Patrícia Galvão compromete-se a prosseguir com suas ações, produções editoriais e práticas institucionais a favor dos direitos e do empoderamento das mulheres e, ao mesmo tempo, posiciona-se estrategicamente para ampliar sua atuação internacional por meio do estabelecimento de canais de interlocução com organizações da ONU, da mídia e da sociedade civil em todo o mundo, bem como da divulgação da pauta dos direitos das mulheres a partir da perspectiva das brasileiras.

O *Pacto de Mídia Dê um Passo pela Igualdade de Gênero* foi lançado em 23/03, na sede da ONU em Nova York, durante a 60ª sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW). No Brasil, além da *Agência Patrícia Galvão*, faz parte do Pacto a revista *Marie Claire*. [Veja a lista completa dos veículos que aderiram ao Pacto:](#)

[Thomson Reuters Foundation Marie Claire](#) [allAfrica.com](#) [dawn.com](#) [Devex](#) [Guatlevision](#) [GulfDailyNews](#) [Diario El Telégrafo](#) [FRANCE 24](#) [صحيفة الوسط البحرينية](#) [Alwasat News Bahrain](#) [IPS News Agency](#) [RFI](#) [AMARC International Secretariat](#) [Express Tribune](#) [Cambodian Center for Independent Media \(CCIM\)](#) [Care2](#) [Citizen News Service](#) [CNS](#) [Good Housekeeping](#) [Agência Patrícia Galvão](#) [مونت كارلو الدولية](#) / [Monte Carlo Doualiya](#) [นสพ. แนวหน้า](#) [Nómada](#) [Philanthropy Age](#) [Правда.Ру](#) [Reportaje deRevista](#) [Siempre](#)

[Mujer](#) [SABC News](#) [Women's eNews](#) [The Daily Star](#) [The Jakarta Post](#) [Jordan Times](#) [UN Dispatch](#) [United Nations News Centre](#) [VodHotNews.com](#) [Women's Feature Service - WFS Philippines](#) [Teen Voices](#) [The National](#).

Leia também: [ONU Mulheres lança pacto pela igualdade de gênero na mídia \(Rádio ONU, 23/03/2016\)](#)